

A RECUPERAÇÃO PÓS-KEYNESIANA DA “AUTONOMIA DA MACROECONOMIA”

Adriana Nunes Ferreira*

- Artigo submetido às sessões ordinárias
 - Área 1 – Metodologia e história do pensamento econômico
- Sub-área 1.1 – Metodologia e caminhos da ciência

Resumo: O artigo argumenta que a perspectiva pós-keynesiana fornece importantes elementos para uma reconsideração da relação entre macro e microeconomia. O texto está estruturado da seguinte forma: na seção 2 mostra-se, em primeiro lugar, que o “princípio de demanda efetiva” é construído sem que se necessite apelar para “microeconomia” no sentido de estruturas de mercado ou formatos particulares da função de produção; em segundo lugar, sugere-se que a macroeconomia de Keynes proveu à microeconomia o que se pode chamar de “fundamentos macroeconômicos”. Na seção 3, defende-se um tratamento do desemprego involuntário como uma questão eminentemente macroeconômica. Finalmente, na seção 4, a título de considerações finais, reflete-se sobre o que chamamos aqui de “fundamentos da macroeconomia”.

Abstract: *This paper argues that the post keynesian perspective provides important elements for a reconsideration of the relation between macro and microeconomics. The paper is organized as follows: section 2 aims at showing two points. The first is that the “effective demand principle” is constructed without the need of “microeconomic” specifications – in the sense of particular market structure or shape of the production function; secondly, it is suggested that Keynes has provided to microeconomics what we call “macroeconomic foundations”. In section 3, we point out that involuntary unemployment should be treated as a macroeconomic issue – not explained by whatever microfoundation is used by the mainstream economics. Finally, in section 4, we conclude the paper and make some remarks on what we name “foundations of macroeconomics”.*

* Professora-doutora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

1 – Introdução

A macroeconomia nasceu, com a *Teoria Geral* de Keynes, como um campo autônomo do saber, em relação ao que chamamos hoje de “microeconomia”. Keynes teve a oportunidade de defender sua *Teoria Geral* daqueles que propunham que ela incorporasse formatos específicos de curvas de produção e estruturas de mercado. Argumentou que esse não era o seu ponto. Seus resultados não dependiam dessas especificações¹.

No entanto, dizer que a “macroeconomia de Keynes” nasceu autônoma em relação à microeconomia não significa que não esteja embasada numa “teoria da escolha”, como bem apontou Kregel (2000). Tem como ponto de partida uma teoria da decisão capitalista. Mas falamos aqui de escolhas que dizem respeito a preservar e ampliar a riqueza, em condições de incerteza. O *sujeito* de Keynes é um capitalista, e não um produtor de mercadorias. Se entendermos a microeconomia como o *campo do saber que estuda a tomada de decisão do agente capitalista individual*, então a teoria de Keynes teve impactos profundos na microeconomia que, aliás, não pode ser divorciada da macroeconomia.

A leitura de Keynes empreendida pelo *mainstream* da teoria macroeconômica² – desde a Síntese Neoclássica³ até os Novos Keynesianos – deixou de lado a compreensão do que seja o “motor” dessa economia, a tomada de decisão do agente proprietário de riqueza. Esvaziou-se, assim, a macroeconomia de sua “teoria da escolha” – no sentido que Keynes lhe atribuía, uma teoria da tomada de decisão dos agentes proprietários de riqueza. O desemprego involuntário, notadamente, passou a se assentar seja em rigidez de salários nominais – no caso da Síntese

¹ Em artigo de 1939 intitulado “Relative Movement of Real Wages and Output”, Keynes comenta as pesquisas de Tarshis e Dunlop acerca da relação entre salários nominais e reais. Ele argumenta que preferiu aceitar as hipóteses microeconômicas consistentes com o aparato de concorrência perfeita (o que tem como corolário um salário real contra-cíclico) para vencer os seus adversários “em seu próprio terreno” – mostrando que seus resultados (e aqui, particularmente o de existência de desemprego involuntário) eram robustos e não dependiam da especificação de estruturas de mercado alternativas (lembre-se que, à época, vários de seus colegas de Cambridge se dedicavam a delinear o aparato de concorrência imperfeita).

² O termo “*mainstream*” tem sido objeto de um debate recente entre autores pós-keynesianos. Colander *et alii* (2004) argumentam, por exemplo, que se trata de uma categoria mais sociológica do que intelectual. Para outras contribuições, veja-se Lawson (2006) e Dequech (2007/08). Tal discussão foge ao escopo desse artigo. Quando falamos aqui da leitura de Keynes empreendida pelo *mainstream* da teoria macroeconômica, referimo-nos às traduções de sua obra que, de uma parte, buscaram uma conciliação com o aparato neo-clássico (e aqui, trata-se de uma categoria intelectual) e, de outra, passaram a ser as correntes que dominam a cena nos meios intelectuais e mesmo políticos em sua época (e aqui, o termo guarda uma dimensão inescapavelmente sociológica).

³ A “síntese neoclássica” é o nome que recebe o conjunto das contribuições dos chamados neo-keynesianos, primeiros intérpretes da obra de Keynes no âmbito do que chamamos aqui *mainstream* da teoria macroeconômica. A tradução mais conhecida deste conjunto de interpretações é o aparato ISLM, amplamente conhecido e ensinado como o núcleo das posições keynesianas. Para um dos textos seminais, veja-se Hicks (1985), originalmente publicado em 1936.

Neoclássica, seja em “microfundamentos” – no caso dos Novos Keynesianos⁴ – que são, todos eles, equivalentes a explicações de “falhas de mercado” de uma ou outra natureza.

O que se quer, neste artigo, é levantar argumentos encontrados em alguns Pós-keynesianos – e, evidentemente, no próprio Keynes – que apoiem três idéias fundamentais, diferentes porém correlatas. A primeira delas é que a relação entre macro e microeconomia pode ser repensada à luz da contribuição dos Pós-keynesianos, em duas direções fundamentais. Em primeiro lugar, o princípio da demanda efetiva não depende de especificações microeconômicas, no sentido do que chamamos aqui da “microeconomia do produtor de mercadorias”. Em segundo lugar, o construto macroeconômico de Keynes implicou uma transformação da microeconomia, se esta for tomada como *campo do saber em que se estuda a tomada de decisão do agente capitalista individual*. Keynes fez hipóteses “microeconômicas” em relação ao comportamento do consumidor e do próprio trabalhador (que tende a resistir a quedas de suas remunerações relativas)⁵, e, mais fundamentalmente, assentou sua macroeconomia sobre uma teoria da tomada de decisão do proprietário de riqueza.

Com efeito, Keynes negou o equilíbrio simultâneo em todos os mercados – logo restabelecido, é bem verdade, pelos seus colegas neo-keynesianos –, assumiu que decisões dos agentes individuais são tomadas em funções das instituições existentes e influem sobre estas, fez hipóteses sobre comportamentos individuais ao definir a propensão a consumir ou a preferência pela liquidez. Então, como dizer que não houve nenhuma mudança no aparato microeconômico?

Cardim (1988) destaca que o agente keynesiano, em contraste com o da teoria clássica, não é totalmente definido pelo seu papel funcional⁶:

⁴ Os Novos Keynesianos são um amplo – e, na verdade, bastante heterogêneo – conjunto de pesquisadores que se encontra, hoje, na ponta do *mainstream* da teoria macroeconômica. Eles surgiram na década dos 80 procurando dar uma resposta aos chamados “novos-clássicos” e imbuídos da tarefa de fundamentar “microeconomicamente” dois resultados macroeconômicos keynesianos: a não neutralidade da moeda e a existência de desemprego involuntário. Para uma apresentação sintética das principais idéias dessa corrente, nas palavras de um de seus principais mentores, veja-se Mankiw (1990).

⁵ Esta observação sobre o comportamento do trabalhador em relação a sua remuneração relativa foi mal lida nas interpretações subseqüentes – especialmente as do *mainstream* – da *Teoria Geral*, como equivalente à idéia de que Keynes acreditava numa ilusão monetária por parte do trabalhador, que seria fonte de rigidez dos salários – que por, sua vez, explicaria o desemprego. Note-se que a resistência dos trabalhadores à queda de suas remunerações relativas não é para Keynes, de forma alguma, hipótese necessária para a ocorrência de desemprego involuntário (como fica evidente a partir da leitura do capítulo dezenove da *Teoria Geral*).

⁶ Sobre os atores da teoria clássica, diz Cardim: “Na economia clássica, não há teoria da decisão: os agentes fazem o que se espera que sua classe faz pois, de outro modo, eles seriam classificados em outro grupo social. O capitalista não ‘toma a decisão’ de investir, se acumular é “Moises e seus profetas”. É a posição no processo de produção que conta. Se o agente não a assume, ele será classificado de outra forma”.(p.6)

“Keynes se coloca no lugar do agente, tentando assumir seu ponto de vista. Isto significa que o ator keynesiano, apesar de ser, naturalmente, uma abstração, não é uma abstração de uma função, mas a estilização das atitudes e comportamentos de alguém que se vê na iminência efetiva de tomar decisões que não estão predeterminadas por sua posição social (...) Há assim, uma dimensão ‘microeconômica’ inevitável na macroeconomia keynesiana à medida que se busca entender os móveis das escolhas individuais (com particular atenção para as escolhas de acumulação de riqueza)”.(Cardim de Carvalho, 1988:7)

Assim, se entendermos microeconomia como campo em que se estuda a *tomada de decisões dos agentes*, então não somente houve uma revolução na microeconomia, como esta jamais pode ser divorciada da “macroeconomia” – em que se estuda o resultado dessas decisões!

A segunda idéia que se explora nesse artigo diz respeito ao tratamento do desemprego involuntário. Quer-se, aqui, defender que esse fenômeno é, eminentemente, macroeconômico. Não é possível compreendê-lo a partir do exame de um mercado particular (no caso, o de trabalho) ou como decorrente de “imperfeições” do sistema de preços.

Finalmente, a terceira idéia aqui levantada é que Keynes construiu sua teoria tendo por base uma visão de mundo radicalmente distinta da que caracteriza a teoria do *mainstream* Keynesiano. Em decorrência disto, há diferenças profundas entre as duas visões de qual seja uma teoria capaz de explicar esse mundo.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: na seção 2 mostra-se, em primeiro lugar, que o “princípio de demanda efetiva” é construído sem que se necessite apelar para “microeconomia” no sentido de estruturas de mercado ou formatos particulares da função de produção; em segundo lugar, sugere-se que a macroeconomia de Keynes proveu à “microeconomia” o que se pode chamar de “fundamentos macroeconômicos”. Na seção 3, defende-se um tratamento do desemprego involuntário como uma questão eminentemente macroeconômica. Finalmente, na seção 4, a título de considerações finais, reflete-se sobre o que chamamos aqui de “fundamentos da macroeconomia”.

2 – O princípio de demanda efetiva: macrofundamentos da micro?

A determinação do emprego e da renda em Keynes dá-se pelo “princípio da demanda efetiva”. O ponto de demanda efetiva corresponde à interseção das curvas de demanda e oferta agregadas – ou seja, é o ponto em que a renda esperada proveniente de determinado volume de emprego iguala a renda mínima necessária para induzir o empregador a ofertar este

nível de emprego. Trata-se de um ponto, determinado pelas expectativas de ganhos monetários por parte dos empresários. Como muito bem ressaltado por Chick:

“O ponto de demanda efetiva, em contraste com a demanda agregada, não é uma função – é o ponto na função demanda agregada estimada pela firma que é tornado efetivo pelas decisões de produção da firma. É o volume de produção que eles decidem produzir, avaliado ao preço requerido; é o valor que se antecipa das vendas”. (Chick, 1983:65)

Davidson explicita o ponto distintivo da Teoria da demanda efetiva de Keynes, contrastando-a com a Lei de Say. O que diferencia, fundamentalmente, o mundo de Keynes daquele em que vigora a lei de Say é que, enquanto neste, as curvas de demanda e oferta agregadas são coincidentes, naquele, elas não o são – ao menos, não necessariamente.

Davidson demonstra que o “caso clássico” só se verifica quando se colocam duas hipóteses extremamente restritivas, que forcem os determinantes da demanda agregada a serem os mesmos que aqueles da oferta agregada. Em particular, requer que as despesas que não são relacionadas à renda corrente sejam nulas. Keynes demonstrou que estas despesas não somente são não-nulas, como também que não são iguais às “poupanças planejadas”. Isto porque vivemos em um mundo incerto, ou seja, um mundo em que axioma ergódico⁷ clássico não se aplica. As despesas de investimento dependem de expectativas que Davidson chama de “exógenas” ou “não-ergódicas”:

“Em um mundo incerto (não ergódico), os lucros futuros, a base para gastos correntes com investimentos não podem, nem ser previstos de forma confiável a partir das informações de mercado existentes, nem ser determinados endogenamente através da função de poupanças “planejadas” de hoje”. (Davidson, 1999b:53)

Dessa forma, o resultado de equilíbrio (no sentido marshalliano, de estado de repouso) com desemprego não requer uma especificação especial da curva de oferta, com imperfeições, aderências ou rigidezes de preços. Requer a rejeição de três axiomas fundamentais da teoria clássica: o axioma da ergodicidade (o futuro é calculável a partir de dados de mercado do

⁷ A definição de processos ergódicos é a seguinte: “Se o processo estocástico é ergódico, então para infinitas realizações as estatísticas temporais e espaciais irão coincidir... Se, e somente se, o processo for ergódico, então as estatísticas para o espaço e o tempo calculadas a partir de dados de mercado do passado ou do presente são estimativas confiáveis de distribuições de probabilidade objetivas imutáveis que governam qualquer resultado futuro em qualquer data futura específica. Conseqüentemente, dados passados podem ser tratados como se fossem uma amostra tirada do futuro.” (Davidson, 1996:481)

passado e do futuro); o axioma da substituição bruta (entre moeda e demais ativos) e o axioma da moeda neutra (ao menos no longo prazo)⁸.

A partir da rejeição do que Davidson chama de “os três axiomas clássicos”, abre-se um lugar genuíno para a moeda. Keynes mostrou, com efeito, que era possível que os proprietários da riqueza, para se protegerem de um futuro incerto, preferissem manter ativos não produziáveis. Davidson ressalta que esse ponto foi demonstrado por Hahn: há possibilidade lógica de ocorrência de desemprego em concorrência perfeita desde que haja nessas economias “outros repousos para as poupanças, além dos ativos reproduziáveis” (Hahn, 1977:31 apud Davidson, 1999b:55).

Como demonstra Keynes em seu capítulo 17, o fato de a moeda ser um ativo que possa ser desejado enquanto tal para compor o portfólio dos agentes tem profundas implicações no funcionamento de economia. Com efeito, apesar de não garantir ao seu detentor rendimentos, ela lhe garante liquidez, graças às suas duas propriedades essenciais: a elasticidade de produção zero e a elasticidade de substituição zero. Estas duas propriedades lhe conferem a propriedade de ter sua taxa interna de retorno mais resistente ao declínio que a dos demais ativos, cuja taxa interna de retorno varia com o volume produzido, conforme “as leis comuns do mercado”.

Competindo com outros ativos da economia como forma de maximizar a riqueza dos agentes, o preço da moeda é um parâmetro para a formação dos preços destes outros ativos, notadamente a dos preços de bens de capital. Quando aumenta a taxa de juros da moeda relativamente a dos demais ativos, *“à medida que o estoque de bens em geral aumenta”*, temos que *“os preços normais correntes de quaisquer outros bens que não a moeda tenderão a baixar relativamente às previsões dos preços futuros”* (Keynes, 1988:156-157). Desta forma, a simples existência da moeda pode eliminar a produção vantajosa de cada um dos outros ativos.

Isso não constituiria, em si, um obstáculo ao pleno emprego, se a produção de moeda pudesse ser obtida com trabalho. Mas sabe-se que ela não o é – se fosse, não seria moeda.

Nas palavras de Keynes:

“A taxa monetária de juros, determinando o nível de todas as demais taxas de juros de mercadorias, refreia o investimento necessário para produzir essas mercadorias, sem poder estimular o investimento necessário para produzir moeda que, por hipótese, não pode ser produzida.” (Keynes, 1988:160)

⁸ Mc. Kenna e Zannoni (1997/98) argumentam que, na verdade, bastaria rejeitar o axioma da ergodicidade para que decorra a não validade dos dois outros.

"Quer isso dizer que o desemprego aumenta porque as pessoas querem a Lua; os homens não podem conseguir emprego quando o objeto de seus desejos (isto é, o dinheiro), é uma coisa que não se produz e cuja demanda não pode ser facilmente contida." (Keynes, 1988:160)

O ponto é que a decisão de produzir e empregar está subordinada a uma avaliação dos capitalistas sobre como aplicar sua riqueza em um ambiente de incerteza, no qual a moeda é um ativo que pode ser desejado *enquanto tal*.

Cardim explicita, na sua tradução do “princípio da demanda efetiva”, a importância fundamental da moeda no pensamento de Keynes:

“De acordo com Keynes, a moeda acalmaria inquietações daqueles sujeitos [os detentores de riqueza] quanto a riscos imprevisíveis (incerteza não comensurável), por causa de suas propriedades especiais, de modo que, apenas em modelos que reconhecessem tais riscos, a moeda poderia ser considerada um ativo. O princípio da demanda efetiva de Keynes, isto é, a possibilidade de que a demanda por bens e serviços seja deficiente porque os agentes usam sua renda para comprar riqueza não reprodutível, ao invés de usá-la para comprar itens que possam ser reproduzidos, empregando-se trabalho para tanto, segue dessa concepção particular. A não-neutralidade da moeda repousa, assim, na proposição de que a moeda e itens reprodutíveis de capital são formas alternativas de acumulação de riqueza (Cardim de Carvalho, 1996:43)

O autor argumenta de forma muito consistente que a teoria da preferência da liquidez deva ser tomada como uma “teoria da acumulação de riqueza” – como de fato tem sido, por alguns autores da tradição pós-keynesiana. Seria uma leitura empobrecedora considerar a preferência da liquidez apenas como uma teoria da taxa de juros (leitura facilitada, é verdade, pelo fato de que, pelo menos até o capítulo dezessete, apenas dois ativos eram reconhecidos, moeda e títulos).

A teoria da preferência da liquidez pode ser compreendida, de forma mais ampla, como uma teoria da precificação dos ativos em condições de incerteza e, portanto, como uma teoria da tomada da decisão dos proprietários de riqueza sobre alocação dessa riqueza:

“Trata-se, na verdade, de um modelo de escolha de ativos, em que cada classe de ativos, para não ser dominada por outras classes, tem de compensar em retornos monetários seu risco relativo ao ativo de referência, que Keynes afirma ser a moeda por causa das propriedades específicas desta última. Em equilíbrio, os retornos oferecidos por parte de cada classe de ativos, suas “taxas próprias de juros” ou, ainda, sua “eficiências marginais” teriam de ser iguais, o que implicaria que, na

margem, cada classe de ativos deveria oferecer retornos em dinheiro proporcionais ao adicional de riscos de iliquidez que cada classe representasse”.(Cardim de Carvalho, 1996:46)

No entanto, a relação entre a moeda e os ativos de capital – e portanto o investimento – foi “esquecida na macroeconomia keynesiana convencional”. Cardim recupera a trajetória de vários Pós-keynesianos, que procuraram recuperar a idéia original de Keynes – tal como aparece no capítulo dezessete – e ir além desta. Kahn, Joan Robinson e Kaldor, pós-keynesianos de Cambridge, foram os pioneiros, seguidos por Davidson e Minsky – entre outros.

Esses últimos, em particular, empreenderam uma leitura criativa do capítulo 17 da Teoria Geral, aprofundando a análise dos atributos dos ativos nos quais os proprietários podem aplicar sua riqueza. Davidson (1978) desenvolveu a idéia de que os preços dos ativos devem levar em conta se estão disponíveis (preços *spot*) ou estarão disponíveis no futuro, depois de produzidos (preços *forward*). É um modelo de “dois preços”, assim como o de Minsky (1986). No entanto, os “dois preços” iluminados pela análise de Minsky eram o “preço de oferta” e o “preço de demanda” dos bens de capital, definidos de modo a incorporar os custos e riscos do financiamento de sua produção ou aquisição. O primeiro deveria incorporar o custo das obrigações (acumulação de passivos) necessárias para financiar sua produção, enquanto o segundo incorporaria o risco advindo da necessidade de financiamento para sua aquisição. Ambos os autores, além de aprofundar a análise sobre os determinantes do investimento, mostraram que, numa economia monetária, há determinações macroeconômicas na formação dos preços. Há que se notar que, numa visão convencional da microeconomia, esta dimensão é abstraída ou ignorada.

Nas palavras de Cardim:

“Davidson completa o modelo e escolha de ativos de Keynes, mostrando que, se a ele se acrescenta uma função de fluxo de oferta de ativos de capital real, pode-se obter um esquema de determinação do volume de investimentos de capital correspondente a um dado estado de expectativas (...) A teoria da preferência pela liquidez, agora compreendida como uma teoria de acumulação de riqueza, pode, finalmente, ser estendida ainda um passo adiante(...) No modelo de Minsky, dois fatores têm que ser considerados, se a estratégia de acumulação de riqueza de um agente puder ser descrita pelo seu balanço como um todo, ao invés de apenas seus ativos (...) seu grau de solvência, (...) e sua posição de liquidez(...)”.(Cardim, de Carvalho, 1996:47)

Esta idéia, de que na teoria “preferência pela liquidez” de Keynes figura uma teoria de precificação de ativos e, de forma mais ampla, uma “teoria da acumulação de riqueza”,

encontra-se também em Kregel (1987), endossando a proposição de que Keynes proveu à microeconomia “fundamentos macroeconômicos”.

O autor parte de uma interessante recuperação da teoria da probabilidade de Keynes e de seu conceito de incerteza. Critica a hipótese de expectativas racionais, que somente se aplica, como bem disse Davidson, a um mundo governado por processos ergódicos. No mundo em que vivemos, no entanto, a hipótese da ergodicidade não se aplica:

*“A não-ergodicidade do sistema (...) resulta, em última instância, do fato de que ações individuais são constrangidas pelas ações de outros indivíduos que não podem ser previstas com certeza e então, quando consideradas em conjunto, formam uma restrição [constraint] agregada, ou global, ou macroeconômica, que não é a simples, linear e portanto previsível soma dos comportamentos individuais. **Então não é a macroeconomia que deve ser levada a ter uma relação próxima com a microeconomia, mas antes deve-se tentar formular macrofundamentos para decisões individuais sob condições de incerteza**”.* (Kregel, 1987:524, ênfases minhas)

E onde, para este autor, encontrar essa “macrofundamentação”? Somente “no papel da moeda no sistema econômico”. Determinações macroeconômicas da formação de preços surgem quando se considera o papel – macroeconômico – desempenhado pela moeda.

O autor faz referência a Towshend (1937), que já havia apontado que o papel da moeda na teoria de Keynes traz uma crítica implícita à teoria microeconômica tradicional, no que tange ao mecanismo de formação de preços:

“Parece, portanto, não ser o caso de que a concorrência (mesmo se perfeita) assegure, mesmo no longo prazo, uma igualdade entre preço de venda e custos monetários da nova produção na margem”... “Preços – mesmo preços relativos – não devem portanto ser vistos como completamente determinados por oferta e demanda na margem de produção”. (Towshend, 1937: 165, 168 apud Kregel, 1987:529)

Por quê? Porque quando se leva em conta a condição de equilíbrio de portfólio dos agentes proprietários de riqueza, chega-se a um novo componente da determinação de preços: eles serão tais que igualem a taxa de retorno dos diferentes ativos, potenciais receptores dessa riqueza. Assim:

“A teoria dos preços nominais de Keynes sugere que o equilíbrio deva ser identificado não pela igualdade entre oferta e demanda tal como representada pela igualdade entre custos de produção e preços, mas sim pela igualdade entre as taxas de retorno de todos os ativos duráveis existentes. Se são os preços spot dos novos ativos produzidos e dos ativos já existentes que são iguais em equilíbrio, então teremos em geral o caso em que o preço spot não será igual ao preço forward ou

preço de oferta, que representa o custo de produzir novos bens. Isso significa que à medida que novos produtos chegam ao mercado advindos de nova produção, a oferta será diferente da demanda e o preço spot de ativos já existentes e de ativos recentemente produzidos terão que se igualar.” (Kregel, 1987:530)

É assim que esse autor justifica sua proposição de que seja necessário prover à microeconomia fundamentos macroeconômicos – nessa “*interseção entre incerteza, moeda e preços*”. Como a taxa de juros é determinada pelo que ele chama de “*rational spirits*” dos agentes em um mundo de incerteza e é esta que estabelece o limite das taxas de retorno de quaisquer outros ativos, então os preços são governados pelo “ambiente macroeconômico”, refletido na preferência pela liquidez.

Belluzzo e Almeida (2002) também enfatizam a complexidade da relação entre o ambiente macroeconômico e elementos “microeconômicos” na avaliação e precificação dos ativos, e em particular, dos ativos instrumentais de capital:

“Em cada momento podemos imaginar a existência na economia de uma estrutura de ativos resultante das decisões passadas à qual estão se agregando os resultados das decisões presentes quanto à posse de ativos de capital e à forma de financiá-los. Estes ativos dão genericamente direitos à renda futura. Essa promessa se realizará ou não dependendo do comportamento do investimento, ao nível macroeconômico, e das condições particulares a cada ativo e aos produtos cuja produção ele “facilita” (custos, demanda, margem de lucro, etc.) mas nada está garantido a priori”. (Belluzzo e Almeida, 2002:69)

Esses autores desenvolvem um ponto apenas enunciado em Kregel: nessa abordagem, a formação de preços tem um condicionante que não se encontra na teoria microeconômica tradicional. Deve servir para defender o patrimônio dos detentores de ativos reprodutíveis de capital, o que poderá ser levado a cabo com maior ou menor grau de liberdade dependendo do grau de monopólio:

“Na situação que estamos descrevendo [...], a formação de preços revela o que realmente é: um poder que os possuidores de ativos reprodutíveis detêm para defender o seu valor”.(Belluzzo e Almeida, 2002:161)

“Sustentar no rendimento corrente e nos preços dos bens o valor patrimonial dos ativos privados requer um elevadíssimo grau de monopólio e também que o setor privado obtenha renda e aumente sua liquidez financeira fora do circuito gerado pelo gasto empresarial produtivo”. (Belluzzo e Almeida, 2002:164)

Ou seja, a formação de preços dos ativos reprodutíveis tem uma dimensão microeconômica, que diz respeito às condições específicas de mercado e de produção, mas tem também condicionantes macroeconômicos que não podem ser deixados de lado.

Kregel conclui seu artigo com uma muito pertinente observação acerca das conseqüências desta visão sobre a fonte do desemprego involuntário de Keynes – criticando a idéia de que este seja o resultado de presença de rigidez de preços.

“Não é a imperfeição na operação do mecanismo de preços flexíveis (...) que está na base do equilíbrio com desemprego de Keynes, mas a imperfeição do conhecimento dos agentes, causando incerteza sobre os determinantes do retorno dos projetos de investimento. Tampouco é a ausência de microfundamentos suficientes a causa do resultado macroeconômico de equilíbrio com desemprego; este é devido à diferença na especificação dos preços de equilíbrio em termos dos preços spot e forward e à determinação de um preço crucial, a taxa de juros, com base em convenções, em função da existência de um conhecimento incerto. (Kregel, 1987:531)

Kregel toca aqui em um ponto nevrálgico da construção keynesiana: o “*unemployment equilibrium*”. O desemprego involuntário em Keynes, um problema eminentemente macroeconômico, não é decorrência de “rigidezes” ou de “falhas de coordenação”, ou quaisquer outras “falhas de mercado”. É o resultado do funcionamento normal de uma economia monetária. As explicações para esse fenômeno não podem, como para os Novos Keynesianos, confinar-se ao mercado de trabalho. Devem levar em conta as condições em que os agentes proprietários de riqueza tomam suas decisões buscando a maximização de seus ganhos monetários⁹. Na seção seguinte, nos debruçamos sobre este tema com mais atenção.

3 – O desemprego involuntário como problema macroeconômico

Quando se analisa a vertente da fronteira do *mainstream* que se denomina “keynesiana”, fica claro que o desemprego involuntário ali repousa sobre hipóteses feitas acerca do comportamento dos agentes atuantes no mercado de trabalho. Mesmo autores, como Stiglitz, que reconhecem que a rigidez nominal de preços não é necessária para que se obtenha como resultado a quebra da dicotomia clássica, ao se debruçarem sobre as fontes do desemprego involuntário, apelam para a rigidez de salários reais. Em última instância, há desemprego

⁹ Nessa mesma direção, incorporando a contribuição de Minsky, dizem Belluzzo e Almeida (2002): “*A oferta de emprego na economia resultará, por um lado, da expectativa dos empresários a respeito dos fluxos de rendimentos prováveis decorrentes da sua decisão de colocar em operação a capacidade produtiva existente...De outra parte estas decisões de gasto estão subordinadas às expectativas dos possuidores de riqueza líquida – do sistema bancário em derradeira instância – de criar liquidez incorporando novos títulos da dívida à sua carteira de ativos*”.(Belluzzo e Almeida, 2002:69)

involuntário porque o salário real insiste em manter-se acima da produtividade marginal do trabalho correspondente ao pleno emprego.

Uma primeira observação a ser feita é que este tipo de raciocínio não leva em conta a hierarquia dos mercados presente no argumento de Keynes e dos Pós-keynesianos. A decisão sobre o quanto empregar é feita pelos proprietários de riqueza, como mostramos na seção anterior, fora do âmbito do mercado de trabalho. A demanda por trabalho é, em Keynes, uma demanda derivada. Em sua explanação da *Teoria Geral* feita no artigo de 1937, Keynes deixa esse ponto claro. Apóia sua explicação na tomada de decisão do agente capitalista começando com o conceito de incerteza, para dali derivar sua concepção do mercado de dinheiro, chegando então nos de bens de capital e de bens de consumo para, por último, abordar o mercado de trabalho, que *não tem a prerrogativa de ser o locus de determinação do nível de emprego*.

O papel do mercado de trabalho, no modelo de Keynes é, de um lado, determinar o nível máximo de emprego (o nível de “pleno emprego”) e, de outro, determinar o salário real correspondente ao nível de emprego (determinado no mercado de bens). Como bem disse Davidson (1983), “a curva de produto marginal não é a curva de demanda por trabalho”. Dequech recupera esse argumento:

“Keynes aceitou que sob concorrência pura o produto marginal do trabalho e os salários reais são iguais, porque ele assumiu maximização de lucro. (...) Ele também aceitou uma relação inversa entre salários reais e nível de emprego, mas somente porque assumiu retornos decrescentes do trabalho no curto prazo. Keynes então inverteu a causalidade desta relação como vista pela economia neoclássica”.
(Dequech, 1999:204)

Em artigo em que se dedica a debater com os Novos Keynesianos, Davidson (1999a) argumenta que a “tesoura marshalliana” de determinação do emprego não é, como o querem os Novos Keynesianos, composta por uma lâmina que expressa a demanda por trabalho (definida como derivada da função de produção) e outra definida como a oferta de trabalho (derivada da maximização da utilidade do trabalhador). A demanda por trabalho, para Marshall, e para Keynes, era uma demanda derivada dos cálculos de maximização de lucros por parte dos empresários. A curva de produtividade marginal do trabalho seria o microfundamento básico da lâmina da oferta na tesoura marshalliana de determinação da

renda e do emprego, supondo que o trabalho seja o único fator variável na função de produção¹⁰:

“Em (...) um sistema que usa moeda, a função demanda por trabalho não pode ser igualada à produtividade marginal do trabalho (MPL). A MPL é o microfundamento básico da lâmina da oferta do produto na tesoura Marshalliana formada pelas lâminas de oferta e demanda, e são ambas as lâminas da tesoura que determinam simultaneamente tanto o valor (preço) quanto o produto.” (Davidson, 1999a:579)

A curva de produtividade marginal do trabalho é o inverso da curva de custo marginal deflacionada por unidades de salários:

“Esta curva de custo marginal deflacionada por unidades de salário é uma micro-lâmina de oferta Marshalliana imóvel, analisada em justaposição com curvas alternativas de demanda pelo produto (isto é, os deslocamentos da lâmina de demanda “desenham” a lâmina de oferta) para explicar a decisão da firma no que diz respeito à produção que maximiza lucro – isto é, a mudança na quantidade de produto ofertada (...) para todas as possíveis mudanças na curva de demanda pelo produto.” (Davidson, 1999a:579)

Se a curva de produtividade marginal do trabalho, deflacionada por unidades de salários (isto é, em termos reais) relaciona, em Marshall, mudanças na quantidade de produto ofertada com mudanças de demanda pelo produto no nível microeconômico, a função do emprego de Keynes desempenha esse papel no nível macroeconômico. Relaciona o montante de demanda efetiva (definida em termos de unidades de salários) direcionada para uma firma, ou para uma indústria, ou para a indústria em seu conjunto com a quantidade de emprego ofertada. Esta função de emprego é, para Davidson, a *“hiring curve”* apropriada. A idéia subjacente a esta formulação é a de que qualquer mudança na quantidade de trabalho empregada deve, necessariamente, advir de uma mudança na demanda efetiva.

Talvez a aceitação do primeiro postulado clássico tenha, de alguma forma, obscurecido o argumento básico de Keynes. Mas, olhando além da superfície, encontramos um mercado no qual não é determinada a quantidade da mercadoria ofertada. Por um lado, a curva de demanda por trabalho, na concepção de Keynes, é uma curva derivada, que expressa as condições de maximização de lucros, a um nível de produto determinado em outro mercado, o de produto. Servirá, no modelo, para determinar o salário real que cumpre as condições de maximização de lucro dos empresários. A curva de oferta de trabalho, por outro lado, é

¹⁰ Para uma pormenorização da visão de Davidson sobre a curva de oferta agregada de Keynes, ver o verbete ‘Aggregate Supply’ em *The New Palgrave* (1987). Para a visão pioneira de um de sua principais mentores, ver Weintraub, S (1957).

apenas nocional, servindo apenas para determinar o nível mínimo de salário real e o nível máximo de emprego – o nível de pleno emprego – da economia. Não é pelo encontro das curvas de demanda e oferta de trabalho que se determinam os níveis de emprego e renda de equilíbrio da economia. Agentes compradores e vendedores do mercado de trabalho mercado não determinam conjuntamente a quantidade e o preço de bem transacionado. Não há autonomia deste mercado na determinação dessas variáveis.

Nos termos da lei de Walras, temos uma inconsistência: há um equilíbrio dos outros mercados, mas o de trabalho está fora do equilíbrio. No âmbito do *mainstream*, enorme esforço se fez, então, para justificar essa impropriedade. Mas as contribuições passam ao largo do ponto mais essencial desta discussão: Keynes rejeita a lei de Walras, porque sua noção de equilíbrio é fundamentalmente marshalliana! Rejeita porque não admite a noção de equilíbrio geral, de *market clearing* simultâneo e instantâneo, através de ajustamentos de preços.

Assim, não é por uma deficiência de informações, ou pela existência de alguma rigidez de preços que não há equilíbrio no ponto de pleno emprego, mas pelo fato de que a produção correspondente não satisfaz às condições de maximização de lucros dos empresários, e são eles que decidem quanto querem empregar!

Em consequência disso, o mercado de trabalho é caracterizado por uma assimetria fundamental entre demandantes e ofertantes, não de informação, como vimos vários autores do mainstream argumentarem, mas de poder. Davidson (1998) expressa eloqüentemente esse ponto de vista :

“Numa economia monetária, trabalhadores desempregados não têm mecanismos disponíveis para induzir empreendedores a modificarem suas decisões de produção, de fixação de preço, de demissão e de contratação de trabalhadores adicionais, enquanto as expectativas de maximização de lucro dos empreendedores estiverem sendo satisfeitas.(...) Trabalhadores desempregados desapontados, podem, portanto, reduzir salários monetários até que estejam à míngua [blue in the face] sem alterar um iota a “correta” decisão de contratação do empreendedor que maximiza lucro, a menos que os salários monetários induzam um aumento (deslocamento para cima) da função D denominada em unidades de salário”.(Davidson 1998: 825,826)

Esse é o sentido mais profundo do *desemprego involuntário* de Keynes: os trabalhadores não dispõem de nenhum meio de convencer os empresários a aumentar a quantidade transacionada de força de trabalho. Uma redução dos salários nominais – a única variável em jogo nas negociações salariais – tem efeitos ambíguos sobre a demanda agregada, como

demonstrou Keynes no capítulo 19 de sua *Teoria Geral*. Além disso, como apontou Davidson (1978), a flexibilidade de salários nominais colocaria em perigo a própria viabilidade do sistema monetário, assentado em contratos, que têm como um dos principais parâmetros o valor nominal da unidade de salários¹¹.

Um ponto interessante é que a idéia de que o mercado de trabalho seja um mercado particular, que hoje tem que ser buscada em correntes alternativas ao *mainstream* da teoria macroeconomia, já se encontrava em Marshall (1982):

“Quando um trabalhador teme a fome, sua necessidade de dinheiro (a utilidade marginal deste para ele) é muito grande. Se de começo ele leva a pior na negociação e se emprega a salário baixo, a necessidade continuará grande, e ele poderá continuar a vender sua força de trabalho a baixo preço. Tanto mais porque, enquanto a vantagem da negociação, a respeito de mercadorias, tende naturalmente a ser bem dividida entre os dois lados, num mercado de trabalho é mais comum que esteja mais do lado dos compradores do que dos vendedores. Outra diferença entre o mercado de trabalho e o mercado de mercadorias surge do fato de que cada vendedor de trabalho só tem uma unidade ao seu dispor. Esses são os dois fatos, entre muitos, nos quais encontraremos, à medida que avançarmos, a explicação de muito dessa objeção instintiva que as classes trabalhadoras têm levantado contra o hábito de certos economistas, particularmente os pertencentes às classes empregadoras, de tratar do trabalho simplesmente como uma mercadoria e considerar o mercado de trabalho como qualquer outro mercado.” (Marshall, 1982, cap. 2, vol II, ênfases minhas)

Não há como entender o desemprego involuntário de Keynes sem examinar a estrutura *macroeconômica* da determinação de emprego. Examinando somente o mercado de trabalho, não se compreende a existência de pessoas involuntariamente desempregadas. O “desemprego involuntário” de Keynes – entendido como algo inerente a uma economia de mercado, não caracteriza uma “anomalia” ou uma falha nos “mecanismos equilibradores”.

Os empresários irão empregar exatamente a quantidade de trabalho condizente com o ponto da demanda efetiva, e não há nenhuma razão para que esta seja a quantidade de trabalho cuja desutilidade marginal, para o trabalhador, iguale o salário real. Assim, se algum “aparato microeconômico” é necessário para entender a quantidade de trabalho transacionada, deve ser aquele definido na primeira seção deste artigo: deve ser uma teoria da tomada da decisão do

¹¹ Nas palavras dele: “A rigidez da taxa de salário monetário é um requerimento fundamental para um sistema monetário estável e viável. Em um mundo incerto no qual a produção requer tempo, a existência de contratos monetários permite repartir o fardo da incerteza entre as partes contratantes quando recursos estiverem sendo comprometidos na produção de um fluxo de bens para entrega em uma data futura”. (Davidson, 1978:231)

agente proprietário de riqueza. Belluzzo e Almeida (2002) traduziram com propriedade o princípio da demanda efetiva a partir da ótica do capitalista individual:

“O princípio da demanda efetiva sustenta que o nível de renda e emprego da comunidade é determinado pelas decisões de gastos dos capitalistas, as quais (dado o estoque de equipamento) são tomadas a partir de avaliações efetuadas isoladamente por cada empresário sobre as quantidades que antecipam vender a um determinado preço (de oferta). O conjunto das decisões de gasto determina em cada momento qual será o nível de renda da comunidade.”(Belluzzo e Almeida, 2002:65)¹²

Esta citação nos permite fazer uma reflexão que retomaremos na última seção deste artigo: o princípio da demanda efetiva, e com ele a determinação do nível de emprego, somente pode ser compreendido à luz de uma teoria da tomada de decisão do agente proprietário de riqueza. Esse agente, no entanto, se move em um ambiente macroeconômico incerto, que sabe determinado pelas suas próprias ações, pelas ações dos outros agentes e pelas instituições que os circundam. Este é o ponto distintivo do construto de Keynes, e dos Pós-keynesianos aqui considerados.

4 – Considerações finais: Uma reflexão sobre os fundamentos da macroeconomia

Vimos, nas seções anteriores deste artigo, que a macroeconomia de Keynes, recuperada por vários Pós-keynesianos, não pode ser compreendida a partir de “fundamentos microeconômicos”, entendidos estes como teorias que expliquem “imperfeições de mercado” de qualquer sorte. Mostramos também que não é possível compreender o desemprego involuntário de Keynes no âmbito do mercado de trabalho (como querem os Novos Keynesianos, a partir da racionalidade dos agentes ali envolvidos).

A macroeconomia de Keynes se assenta em uma teoria da tomada de decisão do agente proprietário de riqueza. Não parte, como a teoria microeconômica supostamente adequada para “microfundamentar” a macroeconomia, de um produtor de mercadorias, maximizador de lucros. Parte de um *capitalista*, que tem como objetivo maximizar riqueza. Empenhar-se na geração de fluxos de nova riqueza real e, especificamente, em bens de produção, será apenas uma das várias alternativas a ele colocadas.

¹² Na mesma direção, lê-se, em Chick: “Assume-se que as firmas decidam produzir qualquer volume de produto que acreditem que irá maximizar seus lucros, dadas suas estimativas e previsões de demanda, e irão contratar apenas a quantidade de trabalho suficiente para permitir que produzam aquele produto. O princípio da Demanda Efetiva é a generalização dessa proposição microeconômica para a determinação do produto como um todo.” (Chick, 1983: 63)

Keynes está interessado nessa tomada de decisão, que considera fundamental para determinar a demanda efetiva e, assim, o nível de emprego. Por isso, talvez, não se tenha detido em especificar as condições exatas nas quais se dá a produção (qual o formato da função de produção), ou em esmiuçar o que ocorre com o salário real quando o produto cresce. O artigo de 1939, em que Keynes comenta os resultados de Tarshis e Dunlop, ilustra exatamente esse ponto: o autor, ali, considerou a possibilidade de que o salário real não fosse contra-cíclico, de que se pudesse supor uma estrutura de mercado distinta da perfeitamente competitiva. Mas argumentou que supôs produtividade marginal decrescente para vencer seus adversários em seu próprio terreno. Na verdade, o que ele afirmava então era que seus resultados não dependiam disso.

No âmbito do *mainstream*, sua teoria foi aprisionada em um aparato de equilíbrio geral. A partir daí, a ocorrência de “resultados keynesianos”, como a quebra da dicotomia clássica e o desemprego involuntário, passou a depender dos tais fundamentos microeconômicos¹³, da ocorrência de rigidezes e falhas de coordenação. Saiu de cena o agente capitalista, entraram o produtor maximizador de lucros e o consumidor maximizador de utilidade. Saiu o acumulador de riqueza, entraram compradores e vendedores de mercadorias (incluindo entre estas, é claro, a força de trabalho).

Com os personagens que saíram, foram-se também o conceito de incerteza, a importância fundamental da moeda, a idéia de que o agente – capitalista – não somente toma decisões que modificam o curso da economia, como sabe que os demais fazem o mesmo. Esse campo do saber, que estuda a tomada de decisão do agente capitalista e o resultado da interação das inúmeras decisões de aplicação da riqueza, foi o que Keynes batizou de macroeconomia. A diferença entre esse campo do saber e aquele desenvolvido pelo *mainstream* keynesiano é enorme.

Chick (2002) tem uma posição interessante acerca da relação entre macroeconomia e microeconomia, que levanta um outro ponto fundamental. Para ela, não é possível haver perfeita consistência entre as esferas macro e microeconômicas, a não ser que se esteja no mundo do equilíbrio geral walrasiano:

“(...)a consistência entre uma teoria da tomada de decisão (microeconomia) e o resultado global das decisões não pode, em geral, ser atingida. Algum ‘deslize’, alguma transigência quanto à consistência interna deve emergir”. (Chick, 2002:55)

¹³ Vale notar que vários autores que se denominam Pós-keynesianos aceitam a idéia de que seja necessário construir uma microeconomia alternativa à walrasiana que “fundamente” a macroeconomia. Isto é como “lutar no terreno adversário”. Vide, por exemplo, Schmidt (2000). Isso é diferente, é bom que se deixe claro, de procurar desenvolver uma microeconomia *compatível* com a macroeconomia keynesiana.

Ela conclama os Pós-keynesianos a não caírem na armadilha de procurarem perfeita consistência entre o que pode ser inferido para um empresário individual e o resultado de suas interações. Faz apelo a uma concepção que é um dos traços marcantes da construção pós keynesiana: o organicismo. Mesmo que se parta da teoria do agente individual para construir a teoria macro, o que como vimos, é em grande parte o procedimento que Keynes utilizou, não é possível considerar estes agentes como isolados, sob pena de perder a compreensão dos fenômenos reais. Nas palavras dela:

“O organicismo reconhece que o todo é mais que a soma das partes. A tomada de decisão descentralizada apresenta problemas para a macroeconomia, para os quais não há soluções elegantes fora da economia neoclássica, na qual a elegância é obtida à custa da irrelevância. Há uma escolha: aceitar soluções desordenadas [messy], transigências necessárias; ou tornar-se um economista neoclássico, mantendo a virgindade [...]”(Chick, 2002:65)

Essa idéia, de que há um espaço entre a ação individual e os resultados agregados que não pode ser conhecido a priori, simplesmente porque não é possível antecipar o resultado da interação dos agentes, já estava em Keynes. A própria Chick cita um conhecido trecho deste autor, bastante ilustrativo desta proposição:

“Para traçar (...) a curva de demanda em indústrias em particular, é indispensável adotar certas hipóteses fixas quanto à forma das curvas de oferta e da procura nas outras indústrias e quanto ao montante da demanda agregada efetiva. Não é válido, portanto, aplicar o argumento [de uma indústria particular] à indústria em conjunto, a não ser que lhe transfiramos também a nossa hipótese de que a demanda efetiva agregada é fixa”. (Keynes, 1936 – tradução brasileira 1988:176 apud Chick, 2002:64)

Aliás, é bom lembrar, Keynes tornou explícita sua rejeição à aplicação do método atomista às ciências morais dez anos antes de publicar a Teoria Geral, em seu ensaio sobre Edgeworth:

“A hipótese atomista, que funcionou tão esplendidamente na física, sucumbe na psicologia. Somos confrontados a todo momento com os problemas da unidade orgânica, das variáveis discretas, da descontinuidade – o todo não é igual à soma das partes, comparações quantitativas nos enganam, pequenas variações produzem grandes efeitos, as hipóteses de um continuum uniforme e homogêneo não são satisfeitas”. (Keynes, CW. V: 262, apud Carabelli, 1988: 153).

Chick menciona *en passant* um argumento importante, desenvolvido por vários pós-keynesianos, debruçados sobre a questão fundamental dos traços metodológicos – e filosóficos – sobre os quais se deveria construir a teoria econômica. A possibilidade de

consistência total entre micro e macro somente pode ser obtida se a teoria econômica for construída como um “sistema fechado” – e não, como defendem Chick, Dow, Lawson e muitos outros Pós-keynesianos, como um sistema aberto¹⁴. Nas palavras de Chick:

“No esquema de apreciação das teorias adotado pelos economistas, o critério de consistência interna é tão forte que nos impossibilita de enfrentar a necessidade de encontrar uma ‘solução de compromisso’, ainda que nós saibamos que a consistência interna somente é obtível em um sistema fechado, enquanto o nosso é aberto ”.(Chick, 2002:56)

Uma edição de 1999 da JPKE¹⁵ versa sobre o “realismo crítico”, corrente filosófica que procura desenhar os fundamentos ontológicos e metodológicos sobre os quais deveriam se assentar as ciências sociais – entre elas, a economia. Lawson sintetiza os seus princípios:

“Ao nível da ontologia em particular (i.e. da inquirição a respeito da natureza do ser ou da existência), supõe-se que a realidade, tanto natural quanto social, é estruturada (ela inclui, mas é irreduzível a, fatos, tais como acontecimentos ou estados de coisas e nossas experiências a respeito deles), aberta (a regularidade das ocorrências não é ubíqua – devido, especialmente, ao mix múltiplo e perpetuamente mutante de causas e eventos), e diferenciada (“fechamentos”[closures], sustentando certas regularidades nos eventos, ocorrem, mas apenas sob algumas condições muito específicas, em domínios em que a certeza prevalece) e que a realidade social é especialmente dinâmica e constituída, em um grau significativo, de totalidades internamente relacionadas”. (Lawson, 1999:4)

Não é o propósito dessa seção da tese fazer uma recuperação exaustiva dos fundamentos filosóficos e metodológicos da macroeconomia tal como entendida pelos Pós-keynesianos. No entanto, algumas idéias merecem ser ressaltadas. Como aponta Dow (1999, 1996, 1985), os princípios metodológicos devem ser tomados como divisores de água, na distinção entre diferentes escolas de pensamento, bem como podem ser úteis para indicar novos possíveis caminhos para pesquisa¹⁶.

¹⁴ Dunn (2000:347) esclarece que um “sistema fechado” obedece a duas condições: a condição intrínseca refere-se à imutabilidade dos fenômenos em análise e tem como consequência que “*uma causa sempre produz o mesmo efeito*”. A condição extrínseca requer que o fenômeno em análise possa ser isolado de influências externas e tem como consequência que “*um efeito tem sempre a mesma causa*”. O sistema aberto é aquele em que não se verificam as condições de “fechamento” do sistema.

¹⁵ *Journal of Post Keynesian Economics*, fall 1999, v.22(1)

¹⁶ Em seu artigo no caderno sobre “realismo crítico”, Dow contrasta essa corrente filosófica com seu “método babilônico” e argumenta que ambos partilham uma mesma “visão da realidade” ou “ontologia”: “*Ambas as abordagens derivam de uma ênfase nos fundamentos da metodologia ao nível filosófico, e especificamente metafísico. Ambas enfatizam a importância de ver a realidade como um sistema aberto ao invés de um sistema fechado. Ambas as abordagens enfatizam a complexidade orgânica da ação [agency] humana e da realidade social, que impede a identificação de leis causais; [para ambas as abordagens] a ênfase está em estudar as*

Um primeiro ponto importante, que aparece na citação de Lawson acima, é que há, por parte dos simpatizantes do “realismo crítico” – e dos Pós-keynesianos em particular –, uma concepção do que seja o objeto do estudo da economia que contrasta profundamente com a que se depreende do *mainstream*. O objeto a ser estudado é uma realidade que se modifica a cada momento – embora seguindo, na maior parte do tempo alguns padrões, eles mesmos sujeitos a mudanças – pela ação interativa de agentes criativos e dotados de vontade. (*“free will”*).

Embora não faça referência explícita ao realismo crítico, Davidson (1996), em seu “Reality and Economic Theory”, concorda que o principal divisor de águas entre escolas de pensamento seja sua “visão de mundo”, a visão sobre a natureza da realidade em que os agentes operam. O autor alinha os pós-keynesianos às escolas que consideram a realidade como sendo não ergódica, “unknowable” e transmutável. O ponto distintivo entre as escolas, aqui, é de cunho ontológico: trata-se do fato de que o futuro é transmutável, e transforma-se em grande parte diante das chamadas “decisões cruciais dos agentes”. Nas palavras de Shackle:

“Se decisões importantes relacionadas à acumulação de riqueza, posse de liquidez, comprometimento com um processo de produção com significativos custos de estabelecimento e período gestacional, etc, (...) são cruciais, então o futuro espera não pela descoberta de seus conteúdos, mas pela criação desse conteúdo”.(Schackle, 1980:102 apud Davidson, 1996:498)¹⁷

No outro grupo, que considera a realidade predeterminada, imutável e “*ergodically knowable*”, encontram-se várias outras correntes – inclusive, evidentemente, as do *mainstream*.

“Teóricos Velho e Novo Clássicos, muitos economistas da escola austríaca, bem como teóricos Velhos Keynesianos (da Síntese Neoclássica) e Novos Keynesianos explícita ou implicitamente partilham a crença fundamental na realidade predeterminada. Seja ou não um léxico probabilístico explicitamente adotado por essas teorias, este pressuposto compartilhado de uma realidade pré-programada pode ser rotulado como o axioma ergódico da economia clássica”.(Davidson, 1996:486)

várias forças causais em funcionamento no sistema e sua evolução, a fim de construir um conhecimento que seja tão confiável quanto possível, com vistas à ação.”(Dow, 1999:22). O grande mérito do realismo crítico teria sido, para a autora, desviar o debate sobre metodologia da economia da esfera da epistemologia (conhecimento sobre o objeto) para a ontologia (a própria natureza do objeto estudado).

¹⁷ Davidson conclui seu artigo fazendo uma interessante ponte dos Pós-keynesianos com a figura do empresário schumpeteriano: “Se o empresário tem alguma função importante no mundo real, é a de tomar decisões cruciais. O empreendedorismo, que é apenas uma faceta da criatividade humana, por sua própria natureza envolve crucialidade”.(Davidson, 1996:499)

Interessa notar que o autor inclui explicitamente neste segundo grupo os modelos de falhas de coordenação, assim como os de bolhas especulativas ou “*sunspot equilibria*”, derivados de “crenças autorealizáveis”¹⁸. Estes são todos modelos que compartilham a mesma visão de mundo, embora incluam, em diferentes graus, dificuldades cognitivas por parte dos agentes diante de realidades complexas.

A consequência da visão do realismo crítico sobre a natureza do objeto estudado, em termos metodológicos, é que não é possível construir modelos a partir de indivíduos representativos, a partir de axiomas que predeterminam comportamentos, e nem utilizar o método dedutivo para construção desses modelos¹⁹. Além disso, o critério de “adequação” de uma teoria deveria ser o seu poder explicativo, e não seu poder preditivo (como defendem os Monetaristas e Novo Clássicos), devido ao caráter não ergódico do mundo real. O critério de realismo estaria no centro da determinação da relevância de uma teoria.

O que é importante ressaltar, para o propósito desse artigo, é que a vertente de pensamento pós-keynesiana recupera elementos essenciais da visão de mundo de Keynes. Em primeiro lugar, os agentes são considerados como dotados de vontade e de poder para exercê-la, no que concerne os proprietários de riqueza, de uma vontade muito específica: acumular essa riqueza. Assim, uma teoria que pretenda explicar o resultado da interação desses agentes precisa, de alguma forma, levar em conta o motor da tomada de decisão desse agente. Tem que se embasar na *rationale* do indivíduo proprietário de riqueza. Deve partir, assim, de uma “teoria da escolha”, mas não no sentido colocado pela microeconomia tradicional – escolha de alocação de recursos escassos entre fins alternativos. A escolha, aqui, diz respeito à identificação e ampliação de oportunidades rentáveis de alocação de riqueza em condições de incerteza. Kregel, em artigo em homenagem a Shackle, ilustra bem esse ponto de vista:

“A teoria microeconômica tradicional é muitas vezes descrita como uma teoria da escolha. Contudo, George Shackle, um crítico de toda vida da teoria tradicional, também insistiu que a teoria econômica devesse ser assentada no problema da escolha. Mas sua concepção de escolha era bastante diferente. Para a teoria

¹⁸ Nesses últimos, a idéia é que não é possível formar expectativas racionais, uma vez que o processo de aprendizado torna-se impossível. É interessante notar que alguns Pós-keynesianos têm mostrado entusiasmo em relação a esses modelos, por constituírem uma crítica à hipótese de expectativas racionais. Veja-se, por exemplo, Luiz Antonio Oliveira Lima (1998).

¹⁹ Os realistas críticos defendem o método chamado “retrodução”. Arestis (1996) explica que esse método de inferência consiste em partir de “fatos estilizados” que indicam a existência de um fenômeno que necessita de uma explicação “mais profunda”, para uma teoria que analise as relações, estruturas e mecanismos responsáveis por esse fenômeno: “*É um movimento da ‘superfície do fenômeno’ para alguns fatores causais ‘profundos’*. O objetivo da ciência social é a compreensão de relações e estruturas profundas que subjazem aos fenômenos sociais”. (Arestis, 1996:115-116). Esse artigo de Arestis é referência para quem procure uma sistematização bem-feita das várias linhas de pesquisa pós-keynesianas. Na seção em que trata da metodologia pós-keynesiana, afirma categoricamente que esta se insere na linha filosófica do realismo crítico.

tradicional, a escolha estava relacionada ao problema da alocação dos meios escassos entre múltiplas finalidades. A escolha era negação – não existe almoço grátis, então temos que decidir do que abrir mão para poder almoçar. O mercado era o instrumento para alocar a negação entre a população (...).

Para Schackle escolha era liberdade – originar uma idéia na imaginação, que substituiria constrangimentos existentes e que traria algo novo e inesperado. A escolha era libertadora, não constrangedora. O mercado existia em função da incerteza quanto à viabilidade dos vários projetos para superar os constrangimentos da situação existente. Ele indicava novas direções”. (Kregel, 2000:173)

Em segundo lugar, Keynes e a vertente de pensamento pós-keynesiana reconhecem que “o todo não é a soma das partes”. Ou seja, embora partam da idéia de que a macroeconomia deva se basear em uma teoria da decisão individual, sustentam que não é possível inferir os resultados macroeconômicos das unidades individuais. É a velha conhecida falácia da composição, o mais evidente argumento a favor da consideração da macroeconomia como um campo do saber não dedutível da microeconomia.

Em terceiro lugar, o fato de que se parta de agentes dotados de vontade, que modificam o ambiente em que atuam, faz com que o mundo seja inescapavelmente caracterizado pelo que Rotheim (1995, 1999) chama de “incerteza ontológica”. Isso não caracteriza, de modo algum, uma atitude “niilista” em relação à possibilidade de se fazer teoria. Mas transforma, profundamente, o tipo de teoria que se pode fazer. Reconhecendo a incerteza, reconhece-se a impossibilidade de se trabalhar com “sistemas fechados”, mas abre-se a possibilidade de compreender profundamente a existência das instituições, da moeda e, fundamentalmente, do desemprego involuntário.

Referências Bibliográficas

- ARESTIS, P. Post-Keynesian Economics: Towards Coherence, *Cambridge Journal of Economics*, v. 20, 1996.
- BELLUZZO, L.G. E ALMEIDA, J. *Depois da queda*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002
- CARABELLI, Anna M. *On Keynes's method*. London: Macmillan Press, 1988.
- CARDIM DE CARVALHO, F.J. Observações sobre o estado atual da teoria macroeconômica, *mimeo*, 1988.
- CARDIM DE CARVALHO, F.J. Sobre a centralidade da teoria da preferência pela liquidez na macroeconomia pós-keynesiana, *Ensaio FEE*, ano 17, n.2, 1996.
- CHICK, V. *Macroeconomics after Keynes – A Reconsideration of the General Theory*, the MIT Press, Cambridge, Massachussets, 1983.
- CHICK, V. Keynes's Theory of Investment: a Necessary Compromise, in Dow, S. C. & Hillard, J, *Keynes, Uncertainty and the Global Economy*, Edward Elgard, 2002.
- COLANDER, D.; HOLT, R. and ROSSER Jr., J. B., The Changing Face of Mainstream Economics, *Review of Political Economy*, 16(4): 485-499, 2004.
- DAVIDSON, P. *Money and the Real World*, John Willey and Sons, NY, 1978.
- DAVIDSON, P. The Marginal Product Curve is not the Demand Curve for Labor and Lucas's Labor Supply Function is not the Supply Curve for Labor in the Real World, *Journal of Post Keynesian Economics*, v.6(1), fall 1983.
- DAVIDSON, P. verbete 'Aggregate Supply' em EATWELL E MILGATE, *The New Palgrave* (1987).
- DAVIDSON, P., Post Keynesian Employment Analysis and the Macroeconomics of OECD Unemployment, *The Economic Journal*, 108 (may): 817-831, 1998.
- DAVIDSON, P. Reality and Economic Theory, *Journal of Post Keynesian Economics*, Summer 1996, v.18 (4)
- DAVIDSON, P. Keynes' principle of effective demand versus the bedlan of the new Keynesians. *Journal of Post Keynesian Economics*, p.571-88, v. 21, n.4, summer 1999.(1999a)
- DAVIDSON, P. Colocando as evidências em ordem: macroeconomia de Keynes versus velho e novo keynesianismo. In: LIMA, G.T; SICSÚ, J.; PAULA, L.F.de (Eds.), *Macroeconomia Moderna*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999b, p.35-64

- DEQUECH, D. Another look at wage and price flexibility as the solution to unemployment. In: DAVIDSON, P.; KREGEL, J. (Eds.) *Full employment and price stability in a global economy*. Edward Elgar, 1999, p.202-18.
- DEQUECH, D. Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics. *Journal of Post Keynesian Economics*, V. 30(2), winter 2007-2008.
- DOW, S. Post Keynesianism and Critical Realism: What is the Connection?, *Journal of Post Keynesian Economics*, V. 22(1), fall 1999.
- DOW, S. Schools of thought in macroeconomics: the method is the message. *Australian Economic papers*, p.30-45, jun 1985.
- DOW, S. *The methodology of macroeconomic thought; a conceptual analysis of schools of thought in economics*. Cheltenham (UK) and Northampton, MA (USA): Edward Elgar, 1996.
- DUNN, S. P. Wither post Keynesianism?, *Journal of Post Keynesian Economics*, v.22(3), spring 2000.
- MC. KENNA, E. e ZANNONI, D. Post Keynesian economics and the Philosophy of Individualism, *Journal of Post Keynesian Economics*, V. 20(2), Winter 1997-98.
- HAHN, F.H. Keynesian Economics and General Equilibrium theory in HARCOURT, G.C. (ed) *Microfoundations of Macroeconomics*, 1977.
- HICKS, J. Keynes e os “Clássicos”: uma interpretação sugerida. In: SHAPIRO, E. *Análise Macroeconômica - leituras selecionadas*. São Paulo: Atlas, 1985
- KEYNES, J.M., The general Theory of Employment, *The Quaterly Journal of Economics*, Fev.1937.
- KEYNES, J.M. Relative movements of real wages and output. in KEYNES, J.M. *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, v. 7, apêndice, London: MacMillan, 1973 (originalmente publicado em *The Economic Journal*, March, v.49, 34-51, 1939)
- KEYNES, J.M. *A Teoria geral do juro, da moeda e do emprego*. São Paulo: Abril Cultural, 1988.
- KREGEL, J. Rational spirits and the Post Keynesian Macrotheory of Microeconomics, *De economist*, 135(4), 1987.
- KREGEL, J.A. Uncertainty, Private Property and Business Enterprise in the Transition to a Market Economy, in Earl, P. & Frowen, F. (eds) *Economics as an art of Thought – Essays in memory of G.L.S. Shackle*, Routledge, London and NY, 2000.
- LAWSON, T. Connections and distinctions: Post Keynesianism and Critical Realism, *Journal of Post Keynesian Economics*, V. 22(1), fall 1999.
- LAWSON, T., The nature of heterodox economics, *Cambridge Journal of Economics*, 30(4): 483-505, 2006.

- LIMA, LUIS ANTONIO DE O. Uma Reconsideração dos fundamentos microeconômicos da macroeconomia, *texto para discussão/FGV-SP*, n.70. outubro de 1998.
- MANKIW, N.G. A quick refresher course in macroeconomics. *Journal of Economic Literature*, vl.28, p.1645-60, dez. 1990.
- MARSHALL, A. *Princípios de Economia*, Os Economistas, Abril Cultural, São Paulo, 1982.
- MINSKY, H. *Stabilizing an Unstable Economy*, Yale University Press, Yale, 1986.
- ROTHEIM, R. Post Keynesianism and Realist Philosophy, *Journal of Post Keynesian Economics*, V. 22(1), fall 1999.
- ROTHEIM, R. Keynes on uncertainty and individual behaviour within a theory of effective demand. In: DOW, S.; HILLARD, J. *Keynes, Knowledge and Uncertainty*, Aldershot (UK) and Brookfield (USA): Edward Elgar, 1995, p161-176.
- SCHACKLE, G.L.S. *Epistemics and Economics*, Cambridge, Cambridge University press, 1980
- SCHMIDT, M. B. Assymetric Adjustment in Efficiency Wage Models, *Journal of Post Keynesian Economics*, Fall 2000, V. 23(1)
- TOWSHEND. H. Liquidity premium and the theory of value. *The Economic Journal*, 1937.
- WEINTRAUB, S. The Micro-foundations of Aggregate Demand and Supply, *The Economic Journal*, 1957.